

Lula ou Temer, Dória ou Bolsonaro, Alckmin ou Ciro Gomes?

Entre duas alternativas, diz o ditado, sempre escolha a terceira!

O fundamento da crise em que estamos metidos é o gargalo para a economia que trouxe a crise estrutural do capital. Com ela, os mercados não crescem e os lucros obtidos na produção não podem voltar para aumentar a produção. Os capitais que sobram só podem ter um destino: os bancos. Os bancos, contudo, não podem aceitar esses investimentos porque, com a crise, poucos querem emprestar esses trilhões.

É aí que entra o Estado! Uma política econômica de grandes investimentos financiada com ainda maiores empréstimos é a saída imediata. Os bancos têm lucro ao emprestar ao Estado e, os industriais, têm lucro ao investir nos bancos.

Isso, contudo, tem duas consequências. A dívida pública com o tempo se torna impagável. Se o Estado não pagar aos bancos, todo o sistema vem a baixo. A crise da dívida pública é, por isso, muito grave. A segunda consequência: aumenta o peso do Estado na economia. Chegaram a 46% do PIB os gastos do Estado com investimentos e manutenção dos serviços públicos!

Aqueles que decidem sobre os gastos do Estado, que escolhem qual empreiteira tocará uma obra ou qual editora fornecerá os livros escolares etc., passam a ter um poder que cresce conforme aumenta o capital que controlam. Se alguns burgueses têm tanto lucro como resultado de uma decisão de um burocrata ou político, nada mais natural que o político ou o burocrata receba algo em troca. Pensem nos Eduardo Cunhas, nos Garotinhos, nos Sergio Cabrais, nos Temers e, ainda, nos presidentes do Banco do Brasil, da Caixa, da Petrobrás, do Correio. Foi essa "parceria" que fez da JBS o maior frigorífico mundial e que a Odebrecht aumentou 400 vezes em poucos anos. Foi também assim que o estamento burocrático-político passou a se apropriar, pela corrupção, de uma crescente parcela da mais-valia que o capital expropria dos proletários.

O PMDB é o maior representante desse estamento, é uma potente força política pelo controle do capital que o Estado gasta ou investe.

O ciclo petista

O PT no poder pouco mais fez que intensificar essa "parceria". Daí sua aliança com o PMDB desde muito cedo.

Coincidindo com o início do governo Lula, o Brasil tornou-se atrativo ao capital financeiro mundial: com juros estratosféricos, terras virgens e uma classe trabalhadora dócil e sob controle do PT e da CUT, o Brasil recebia grandes aportes de capital internacional. Logo veio a descoberta do petróleo no pré-sal e mais dinheiro entrou no país. Com isso, a economia andava às mil maravilhas: para os bancos, para os industriais e para o agrobusiness. Havia mais empregos e o programa federal de esmolas denominado bolsa família iludia uma distribuição de rendas. Lula era uma unanimidade, de Barack Obama ao miserável nordestino.

Foi a lambança geral: a corrupção entre os empresários e o estamento político-burocrático, de cujo comando agora participava Lula, chegou ao ponto que agora sabemos.

Veio a crise de 2008. Os investimentos externos caíram e faltou dinheiro para financiar a dívida do Estado e, ainda, manter os investimentos da "parceria". Era preciso escolher qual setor da burguesia seria prejudicado.

Os erros do PT

O PT, então, errou feio.

Se iludiu que a crise seria uma rápida "marolinha". E, já que alguém tinha que perder, optou por fortalecer a aliança com o estamento político-burocrático (Temer virou vice-presidente), com as grandes empreiteiras (o apogeu da Odebrecht, da OAS etc.), com os empresários dos grandes eventos (Nuzman e as Olimpíada, a Copa do Mundo etc.) e com um setor do agrobusiness (Katia Abreu virou ministra). Avaliavam os petistas que, por dependerem diretamente do Estado, esses setores seriam os aliados mais seguros durante a "marolinha".

A crise se prolongou e a maior e mais poderosa parcela do grande capital (a FEBRABAN, a FIESP, os ruralistas), "abandonada pelo lulo-petismo", abriu sua ofensiva para reduzir a parte da riqueza nacional abocanhada pelo estamento político-burocrático através da corrupção (o que eles denominam "diminuir o custo Brasil") e para contar com um governo que atenda a eles e, não, aos "corruptos" (os Odebrecht da vida etc.).

O impeachment da Dilma foi a derrota da estratégia petista de se aliar com a parcela que está perdendo a disputa no interior da burguesia. A vitória de Temer, que virou presidente e não parece prestes a cair, é a demonstração da capacidade de resistência do estamento político-burocrático para negociar com os burgueses a parcela da riqueza nacional que cabe aos corruptos.

A diferença fundamental entre Temer e Lula é apenas de competência política: experientes na corrupção e tramas nas sombras do Estado, o PMDB soube abandonar o PT na hora certa. Assim ganhou a Presidência e, agora, como representante da corrupção, se qualifica para continuar participando do poder enquanto que o PT vai ficando no passado.

A resistência de Temer – ou seja, do estamento político-burocrático – levou ao impasse dos nossos dias. Nem o grande capital consegue desmontar por completo o poder dos burocratas e políticos – nas mãos dos quais está o Congresso –, nem do Congresso e da burocracia parece vir qualquer real alternativa.

Com esse impasse termina o período do aberto confronto dos grandes capitais com os políticos e burocratas, da Lava Jato à toda, de Moro homenageado pelo New York Times etc.

Vivemos outro momento que, o jornal *O Estado de São Paulo* denomina de “consciência da crise”. Como para sair da crise são necessárias “medidas políticas” que forçosamente devem passar pelo Congresso, isto é, pelos políticos e burocratas, melhor negociar com os corruptos do que enfrentá-los.

Inaugurou-se uma extensa negociação nos bastidores. Essa aparência de pizza não é mera aparência. Nas eleições do ano que vem, esse grande acordo será legitimado nas urnas, independente de quem for eleito.

Por isso, já sabemos que será o novo presidente: aquele que melhor representar esse acordão entre o grande capital e a corrupção estatal. Os trabalhadores, como em todas as eleições, sairão perdendo, uma vez mais.

Lula ou Temer, Dória ou Alckmin, Bolsonaro ou Ciro Gomes?

Entre duas alternativas, diz o ditado, sempre escolha a terceira: que tal um voto nulo?